



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARCELO LIMA DE ALBUQUERQUE

**REFORMA PROTESTANTE NOS LIVROS DIDÁTICOS APÓS O ADVENTO  
DA BNCC**

DELMIRO GOUVEIA – AL

2023

MARCELO LIMA DE ALBUQUERQUE

**REFORMA PROTESTANTE NOS LIVROS DIDÁTICOS APÓS O ADVENTO  
DA BNCC**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em História, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Sheyla Farias Silva

DELMIRO GOUVEIA – AL

2023

## FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCELO LIMA DE ALBUQUERQUE

### Reforma Protestante nos livros didáticos após o advento da BNCC

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como requisito para obtenção de título de Licenciado em História, aprovado em 30/05/2023.

#### Banca Examinadora:

*Sheyla Farias Silva*

---

Profa. Dra. Sheyla Farias Silva - UFAL (Orientadora)

*Pedro André de Sousa Peixoto*

---

Prof. Me. Pedro André de Sousa Peixoto

*Fernando de Sá Oliveira Júnior*

---

Prof. Me. Fernando de Sá Oliveira Júnior

## RESUMO

O presente trabalho discute a origem da Base nacional Comum Curricular (BNCC), mostrando seu respaldo em documentos brasileiros como a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e outros. Analisa o ofício do professor em sala de aula e suas alternativas no trabalho pedagógico com o tema “religião protestante”, abrangendo a partir da habilidade da BNCC, as possibilidades de ensino e formação de competências para o alunado. Elenca reflexões sobre a construção do livro didático e o que ele representa para o trabalho pedagógico bem como explora seus autores e abordagens para o tema “religião protestante”, expondo a maneira que é apresentada no livro a partir de como se trata o assunto antes e após a BNCC. Para tanto foi feito uma análise bibliográfica com dois livros didáticos do Ensino Fundamental II, ambos da mesma editora, porém publicados em datas distintas, que delimita o antes e depois do uso da BNCC. Concluímos que há uma sintonia em ambos os livros ao apresentar respectivamente o contexto da Reforma com os diferentes fatores que a levaram acontecer, e a diversidade que encontramos nos dias atuais graças a essa gama de perspectivas que tornaram possível a pluralidade religiosa na cristandade.

**Palavras-chaves:** BNCC; Ensino Aprendizagem; Livro Didático; Reforma Protestante; Professor; Sala de Aula.

## ABSTRACT

The present work discusses the origin of the National Common Curriculum Base (BNCC), presenting its foundation in Brazilian documents such as the Federal Constitution, the Statute of the Child and Adolescent (ECA), Laws of Guidelines and Bases (LDB) and others. It analyzes the teacher's role in the classroom and its alternatives in pedagogical work within the theme "Protestant religion", covering from the ability of the BNCC, the possibilities of teaching and formation of competences for the students. It lists considerations about the construction of the textbook and what it represents for pedagogical work as well as explores its authors and approaches to the theme "Protestant religion", presenting the way it is in the textbook from how the subject is treated before and after the BNCC. To this end, a bibliographic analysis was made with two textbooks from Elementary School II, both from the same publisher, but published on different dates, which delimits the before and after standardization of the BNCC. We conclude that there is a tuning in both books when presenting respectively the context of the Reformation with the different factors that led to it, and the diversity that we find nowadays thanks to this range of perspectives that made possible the religious plurality in Christianity.

**Keywords:** BNCC; Teaching Learning; Textbook; Protestant Reformation; Teacher; Classroom.

## SUMÁRIO

1 Introdução .....	6
2 Importâncias históricas para o início e manutenção da BNCC.....	7
3 Professor e sala de aula.....	10
4 A Construção do Livro didático.....	13
5 O tema da religião no livro didático .....	15
6 Considerações finais .....	23
REFERÊNCIAS.....	24

## 1 Introdução

Desde o final do século XX, profissionais da educação brasileira perceberam a necessidade de instituírem um currículo comum que vigorasse em todo território brasileiro. Nesse trabalho, elencamos as motivações sociais que levaram ao surgimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua proposta para o currículo escolar da Disciplina de História. Discutimos os fundamentos que orientam a BNCC no componente curricular de História para o ensino fundamental II: Reforma Protestante, 7º série. Mostrando as renovações feitas no conteúdo, usando o livro didático, e através disso sinalizamos os pontos que contribuem para um melhor desenvolvimento do aluno, no que tange o respeito e tolerância religiosa.

O interesse pela temática é anterior ao meu ingresso no curso de História, visto que tenho simpatia religiosa pelo protestantismo e nas aulas de educação básica percebi que a Reforma era apresentada como um momento de ruptura com o mundo medieval, provocando uma mudança cultural. Os manuais didáticos para este período do ensino centralizam-se no monopólio religioso da Igreja Católica e a hipocrisia do clero, o personalismo eclesiástico e político dos reformadores, e a contrarreforma marcando a ocidentalização católica do novo mundo. Porém, entendi que a Reforma tinha acontecimentos centralizados em respaldo religioso, e que seus protagonistas eram crentes convictos da nova cristandade.

A universidade me proporcionou uma visão mais cultural e social da Reforma: os múltiplos olhares, as experiências individuais e coletivas, os acontecimentos e suas cronologias, as diversidades das fontes históricas e a interdisciplinaridade das análises. Na obra de Carter Lindeberg, *História da Reforma* (2017), encontrei esse universo de interpretações numa forma mais abrangente, isso me fez redescobrir a Reforma Protestante. E assim querer fazer uma análise de como ela é apresentada nos livros didáticos.

O objetivo é analisar o livro didático para ver o conteúdo e sua abordagem com e sem a Base Nacional Comum Curricular, fazendo um paralelo com as propostas elencadas por ela, verificando se colabora com o trabalho do professor em sala de aula. Concomitantemente, ver como a BNCC trata a importância do tema “Religião” para o alunado, dentro da sociedade laica que participamos, enfatizando os direitos civis e a tolerância religiosa. Também fazer pesquisa bibliográfica, portanto, utiliza-se o método de análise do livro didático com a metodologia

bibliográfica. Os dois livros que foram escolhidos utilizam-se de uma abordagem abrangente do conteúdo de interesse, um é de anos antes e o outro de anos após a BNCC, sendo ambos da mesma editora (Moderna), o que ajudou na delimitação da análise.

## **2 Importâncias históricas para o início e manutenção da BNCC**

Desde os anos 90, após a promulgação da constituição de 1988, houve vários debates sobre a possibilidade de uma Base Nacional Curricular, e depois de grandes entraves, foi possível pensar em um Currículo Nacional para a educação brasileira, isso tudo como resultado da discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), (SILVA; GENTILI, 1996; BRASIL, 1997).

A publicação da LDB (1996) proporcionou o ambiente para a argumentação da necessidade de um currículo nacional. Essa discussão considerou para sua maior força os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), que serviram de norte para saber qual deveria ser um currículo que abrangesse a educação Básica no Brasil.

Chegou-se a conclusão que havia a necessidade de uma Base Nacional Comum para a Educação, que passou a ser defendida seja pelo MEC, por muitos *think tanks*<sup>1</sup> cada vez mais influentes, seja via entidades não-governamentais, fundações ou consultorias privadas, e por muitos acadêmicos (HYPOLITO, 2019) e a LDB previu isso em seu artigo 26º validando ainda mais a criação de uma BNCC;

Art. 26º. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (LDB).

Antes houve outras tentativas de elaboração de um currículo, para direcionar o ensino dos estados e municípios, em 1949 o Ministério da Educação tentou estabelecer bases gerais para o ensino com a: *Leitura e linguagem do curso primário: sugestões para a organização e desenvolvimento de programas* (BRASIL, 1949, p. 8), como sugestão para a administração dos estados. Em 1972, foi elaborado o documento: *A escola de 1º grau e o currículo*, pelo Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura (MEC, 1980).

---

<sup>1</sup> Instituições que se dedicam a produzir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos.

No ano de 1997, foram definidos os *Parâmetros Curriculares Nacionais* referentes às quatro primeiras séries do ensino fundamental, que teriam por objetivo apresentar *metas de qualidade* que auxiliassem na formação cidadã, segundo o então atual ministro da educação Paulo Renato Souza. Em 2013, foram aprovadas as novas *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*, “que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (BRASIL, 2013, p. 4).

Esse foi o caminho percorrido para a efetivação da BNCC na educação básica, os quais a jurisdição é do município, seguido de documentos que sugeriam a condução da educação estadual. No entanto, a concretização em escala nacional de bases gerais para o ensino, alcançou-se apenas com a Base Nacional Curricular Comum. Assim como todo documento, a BNCC pode ser investigada e analisada para obtenção de suas intenções, e nela mesma é possível observar seus objetivos para a educação.

A constituição de 1988 como também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trazem os princípios que norteiam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Como está descrito no Art. 62 do Estatuto da criança e do adolescente: “Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor”. Podemos ver as bases conceituais da BNCC já na LDB<sup>2</sup> em seu artigo terceiro.

A BNCC tem um papel importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente, mostrando o momento e o lugar que ele deve desenvolver certas competências, como sugere as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação

---

<sup>2</sup> Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Básica, “o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças” (Parecer CNE/CEB nº 7, 2010, p. 17).

A BNCC tem a intenção de trabalhar no aluno as vivências, quer culturais e sociais, quer as acadêmicas, para que ele se situe no ambiente, tempo e espaço, aprendendo assim o que é necessário para determinar o seu futuro profissional e seu caráter cidadão.

Em todas as atividades escolares aprende-se a se expressar, conviver, ocupar-se da saúde e do ambiente, localizar-se no tempo e no espaço, desenvolver visão de mundo e apreço pela cultura, associar saberes escolares ao contexto vivido, projetar a própria vida e tomar parte na condução dos destinos sociais. (BRASIL, 2015, p. 10).

Enquanto currículo comum a todo município, a BNCC é alvo de crítica de muitos autores, considerando vários fatores, dentre eles que a realidade dos alunos, nem sempre é prevista pelo documento, considerando que dependendo da região e do indivíduo, caberá um processo alternativo para o processo de ensino-aprendizagem, fugindo assim em certas ocasiões da lista de competências que a BNCC propõe para todo aluno que se encontra naquela determinada série.

BNCC não é currículo, temos ouvido por aí como resposta às muitas críticas de que a base reduzia o currículo a uma listagem de competências. Se é positivo que o MEC tenha incorporado, de forma explícita, essa distinção, não se deve permitir que ela escamoteie que a política de estabelecer uma base nacional e comum para os currículos produz um significado para currículo — que terá que ser repetido posto que não coincide, nem poderia, com a coisa. E, quando se diz que a educação é a base para o futuro, algo desse sentido já é projetado. (MACEDO, 2018. p. 29).

Há pontos de rompimento com a possibilidade desde que os municípios organizaram seus componentes curriculares de acordo com as DCN's (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica). Com isso pode-se gerar negligência com os aspectos ligados a construção e o exercício da cidadania, comprometer em parte o desenvolvimento pleno do aluno como cidadão, em troca de uma disciplinarização reforçada.

### 3 Professor e sala de aula

A BNCC norteia a ação do professor em sala de aula, porém, existe um contraste entre o planejamento e a prática pedagógica, a vivência escolar exige que o educador se reinvente sempre, pois cada aluno é um desafio singular para o processo de ensino/aprendizagem. O docente deve procurar entender a realidade individual do educando, e através dessa empatia educativa encontrar a melhor forma de fazê-lo aprender.

O curso de História no Campus da UFAL Sertão e em outras universidades do Brasil, tem feito progressos para ampliar a visão dos formandos sobre o trabalho didático, utiliza-se o Programa Residência Pedagógica (PRP), que serve como um aperfeiçoamento para aqueles que estão se formando nos cursos de licenciatura, tornando-os mais envolvidos na realidade da educação básica, tendo um vislumbre da prática educacional, fazendo-os saírem dos cursos mais preparados para o trabalho docente.

O Programa Residência Pedagógica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (RPR/Capes) fomenta projetos focados na formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, favorecendo a imersão dos licenciandos na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seus cursos (UFAL, 2022. Online).

A Residência Pedagógica é valiosa na formação docente, por proporcionar a comparação, do que se aprende na academia, e a realidade do aluno nas escolas públicas. Percebemos que há vários fatores que distanciam os alunos do conteúdo abordado em sala. Existem muitas coisas que competem com a escola, como a dificuldade financeira, a ausência afetiva dos pais e a oportunidade de “vencer” na vida através do mercado de trabalho sem precisar da “assistência” do ensino escolar.

Mas o trabalho do profissional da educação é entre outros, encontrar o meio de aplicar as propostas dos conteúdos e seus valores sociais, para que o discente progrida na sua individualidade. A BNCC traz os objetivos a serem alcançados pelos lecionados a cada ano escolar e disciplina, o mediador será então o professor, que com os meios que lhes estão disponíveis, desenvolve essas habilidades no aluno.

Com essa experiência em sala, é possível fazer perguntas referentes ao tema desejado, e compará-lo com os princípios elencados pela Base Nacional Comum Curricular, porém uma que é importante para o conteúdo é: Quais os objetivos do ensino de História, no conteúdo da Reforma Protestante, no livro didático do Ensino Fundamental II com base nas diretrizes da BNCC?

Aqui é importante perceber as demandas da atualidade segundo a BNCC, e enxergar as variedades de assuntos que a habilidade da Reforma Protestante pode estabelecer, inclusive para a vida prática do aluno, a exemplo disso: como ele enxerga a religião, e sua relação social. *Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América (EF07HI05).*

Neste ponto, a BNCC sugere que o aluno perceba e relacione as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais, através disso são possíveis trabalhar as motivações que levaram a Reforma Protestante acontecer, assim como a reforma católica surgir como resposta desse evento. Os conflitos que permaneceram durante décadas por conta desse longo movimento religioso, servem como contraste para analisarmos nosso convívio social: antes devemos perceber a realidade como reflexão para tolerância e estimular a percepção do quanto vale o respeito mútuo.

O livro didático tem organizado seus assuntos, e nisso reside sua importância, na explicitação e sistematização de conteúdos históricos provenientes das propostas curriculares e da produção historiográfica (BITTENCOURT, 2008). Porém, é possível para o professor ir além da práxis comum na exposição da Reforma Protestante, e diversificar na abordagem do conteúdo, provocar o aluno a refletir sobre os aspectos positivos da religião na sociedade.

Mostrar o processo histórico de ruptura da igreja protestante com a igreja católica, e a resposta da igreja católica que foi sua contrarreforma, fazendo vários eventos sucederem em diversas “guerras” religiosas, para enfim entrar no fato consensual, que cada príncipe definiria sua religião para seu principado. Essa consciência fará o aluno entender que houve um grande caminho para que hoje o estado brasileiro fosse laico e que todos os cidadãos gozassem de uma liberdade em relação a sua própria religião. Conseqüentemente, instigando o discente a obter

uma consciência histórica, podendo refletir sobre o passado e relacioná-lo com o presente num processo cognitivo para a formação de sua própria identidade, e identificando-se enquanto sujeito participante da própria história.

Houve vários momentos de tensões na história das religiões no século XVI, como as revoluções camponesas na Alemanha e a reposta dos príncipes, a qual foi aprovada por Martinho Lutero, a noite de São Bartolomeu na França que levou a morte de milhares de protestantes, entre outros eventos que destacaram o processo histórico da Reforma Protestante e Contrarreforma Católica. Esse movimento das massas em defesa da supremacia de sua religião nos faz olhar para trás e perceber que há mais valor na empatia, do que na inflexibilidade religiosa, e nos leva também ao reconhecimento da importância da liberdade individual.

O Brasil goza desse amparo salientado a constituição, que garante a liberdade de culto e práticas religiosas sem o receio de ser atacado por questões de fé. O aluno deve entender através da prática pedagógica do professor, que há diversidade religiosa, e que todos são iguais, fruem dos mesmos direitos e deveres, então qualquer tipo de discriminação e exclusivismo social por esse motivo, é inaceitável no contexto ao qual vivemos.

O próprio artigo quinto<sup>3</sup> de nossa constituição, fala da liberdade e igualdade que temos perante a lei, fala da liberdade de consciência, o direito de exercício de culto, assim como a liberdade para se eximir dele à medida que for convencido do contrário, todos tem liberdade para expressar suas crenças como também para não concordar, mas o respeito mútuo deve ser presente na vida dos cidadãos.

É importante que o professor promova um sentimento de unidade, diante do assunto “religião”, como proporcionando na sua didática formas de combater a intolerância religiosa e favoreça a cortesia entre as religiões através de dinâmicas e

---

<sup>3</sup> **Art. 5º.** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei [...].

métodos lúdicos que envolva toda a classe. Tendo em vista que é um assunto importante e tem sua relevância histórica, deve ser trabalhado de maneira que leve os alunos a perceber a liberdade, desenvolvimento econômico, diversidade de opiniões que surgiu com Lutero na Alemanha, Calvino na Suíça, e com Henrique VIII na Inglaterra, dentre outros.

Esses eventos galgaram outros acontecimentos sociais que surgiriam como respostas as questões que foram levantadas no momento da Reforma e Contrarreforma religiosa, levando a sociedade para um novo contexto, mudando a economia e até mesmo o conceito de estado, e finalmente a separação entre política e religião, que foi inclusive citada em alguns documentos de fé, como é o caso da Confissão de fé de Westminster.

[...] Incredulidade ou indiferença de religião não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absolve o povo da obediência que lhe deve, obediência de que não estão isentos os eclesiásticos. O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles ou sobre qualquer um do seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los dos seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto (WESTMINSTER, Confissão de fé. Cap 23, Do Magistrado Civil, 4º parágrafo).

Atentamos para a evolução da religião nesse trecho de um documento histórico do protestantismo, outrora a igreja e o estado convergiam na mesma coisa, neste momento, os escritos que norteiam a doutrina e a fé, atesta a necessidade de diferenciar o Regime político da vida eclesiástica.

#### **4 A Construção do Livro didático**

O ensino de história tem sua importância histórica que deve ser considerada, sobretudo nos tempos atuais, com vários acontecimentos que rodearam o Brasil e o mundo – Pandemia, Guerra na Ucrânia, eleições presidenciais... – e, por isso, faz-se necessário nos voltarmos para o processo histórico e encontrar nos livros a compreensão dos problemas sociais que continuam se repetir no mundo, interpretando-os para resolver o que nos cabe em nossa participação de cidadania enquanto sujeitos históricos. Dito isto é necessário rever algumas das transformações do componente curricular de história, e descobrir se ela tem recebido seu valor. Historiadores de diferentes lugares do globo têm examinado as mudanças feitas no ensino de História, por exemplo o francês François Furet que

entende a disciplina como essencial para o currículo ocidental, pois traz “sentido do progresso da humanidade” e tem também seu valor pedagógico, já que segundo ele é a “árvore genealógica das nações europeias e da civilização de que são portadoras” (FURET, 1986, p.135).

Não se pode desvincular o ensino de história da sua parte pedagógica, aqui me refiro ao processo de formação do cidadão com caráter e formação democrática, os conteúdos devem nortear o indivíduo para uma visão social de si mesmo, como ele deve se inserir na sociedade e nesse processo respeitar a diferença do outro, entender que a vida em sociedade não é apenas trabalho, dinheiro e relações de poder, mas também caridade, solidariedade e humanismo.

Uma História escolar que se criou como “pedagogia do cidadão” está nos currículos do século XXI como um mecanismo essencial na formação da educação para o exercício da democracia, mas que em contraparte luta contra as novas tendências de uma educação tecnicista que a preferência é gerar “o cidadão do mundo capitalista global” sob novos aspectos individuais subjugado aos compassos da globalização (CRARY, 2014).

Sabendo disto podemos lembrar um dos papéis da religião, que tem por finalidade a unidade daqueles que professam a mesma fé, e que por vez são direcionados ao caminho oposto, independente do motivo, seja política, diferenças religiosas ou até doutrinárias. Então iremos nos debruçar na forma como a reforma protestante e a contra reforma são trabalhadas no livro didático, e quais transformações elas sofreram na maneira que são abordadas para o componente curricular de história.

A princípio, o que é o livro didático? Segundo Bittencourt é o instrumento de trabalho na “tradição escolar” mais usado por professores e alunos, faz parte do cotidiano escolar a menos de dois séculos. Acrescenta também que pela familiaridade do uso, é possível identificá-lo, diferenciando-o de outros livros (BITTENCOURT, 2008).

Além de explicitar os conteúdos escolares, é um *suporte de métodos pedagógicos*, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar. Essa sua característica de associar conteúdo e método de ensino explica a sua importância na constituição da disciplina ou do saber escolar (BITTENCOURT, 2008, p 302).

O livro didático também tem o local e o momento histórico que foi elaborado, é também um instrumento que passa na mão de muitas pessoas com ideias e perspectiva diferentes até o momento de sua conclusão, dito isso ele é um produto do seu meio e tempo. Que por sua vez veicula valores e ideologias de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade. Tornando-o assim passível de críticas.

Trabalhar com o livro didático pode ser algo criterioso sabendo-se das intenções políticas que se desdobram sobre ele, o livro didático são invariavelmente um tema polêmico (BITTENCOURT, 2008). Pesquisas divulgam que são instrumentos de serviço da ideologia e da perpetuação de um “ensino tradicional” (BITTENCOURT, p. 300).

Porém com a variedade da produção, analisando-o mais profundamente em uma perspectiva histórica, notaremos que o livro sofreu mudanças em seus aspectos formais. Com isso podemos destacar que o livro didático pode ser utilizado de diversas maneiras pelo professor ou pelo aluno, devido ao ganho de possibilidades à medida que ele foi transformando sua didática e forma de ensino (BITTENCOURT, 2008). Aumentando o leque de entendimento do fato histórico e de seu impacto em nossa vida cotidiana.

As críticas em relação aos livros didáticos apontam para muitas de suas deficiências de conteúdo, suas lacunas e erros conceituais ou informativos. No entanto, o problema de tais análises reside na concepção de que seja possível existir *um livro didático ideal*, uma obra capaz de solucionar todos os problemas do ensino, um substituto do trabalho do professor. O livro didático possui limites, vantagens e desvantagens como os demais materiais dessa natureza e é nesse sentido que precisa ser avaliado (BITTENCOURT, 2008, p 300-301).

Cabe ao professor analisar o livro didático em suas complexidades e dimensões para um melhor uso e efetividade no processo de ensino-aprendizagem. Dinamizar o conteúdo e extrair questões pratica para o que é habitual na vida do alunado sem negligenciar com o fato histórico.

## **5 O tema da religião no livro didático**

Um dos livros analisados, “*HISTÓRIA das cavernas ao terceiro milênio*” tem como autora Patrícia Ramos Braick, que é Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003), possuindo uma vasta experiência no que diz respeito à área das Ciências Humanas, com ênfase em História. Ela é Professora do Ensino Médio em Belo Horizonte, MG e Autora de livros didáticos de História, os quais foram publicados pela Editora Moderna/Grupo Santillana.

O Livro foi elaborado também por Myriam Becho Mota, que é Licenciada em História pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira, MG, também, Mestre em Relações Internacionais pela The Ohio University, EUA e Professora do Ensino Médio e Superior em Itabira, MG. Ela possui mestrado em Relações Internacionais - Ohio University (2001) - com título revalidado pela Universidade de Brasília, possuindo uma vasta experiência na área de História, com ênfase em Culturas Políticas, atuando nos seguintes temas: antropologia, ciência política, história contemporânea e história da América.

A corrente historiográfica do livro “*Historia Das Cavernas Ao Terceiro Milênio*” é influenciada pela Escola dos Annales, criada em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre, os quais incorporaram na História aspectos da Antropologia, Geografia e Filosofia. Vemos essa tendência quando os autores citam que acreditam que a rede de informação é um instrumento poderoso para a formação dos indivíduos, o qual a corrente dos Annales busca também permitir uma maior e melhor compreensão das civilizações das “mentalidades”.

Nesse livro é apresentado o contexto de modernidade, que levou a ruptura do Cristianismo no Ocidente e a iniciar-se a Reforma Protestante, também se anuncia um paralelo com os conflitos bélicos e guerras que ocorreram. Este material apresenta também questões religiosas entre igreja e estado e os conflitos envolvendo o choque da intolerância religiosa com as transformações que aconteceram na época no âmbito da arte, economia e política.

O material didático mostra como a Reforma Protestante e a Reforma Católica marcaram não apenas a crítica aos dogmas religiosos da época, mas também a transição de um sistema econômico a outro, uma sociedade onde uma antes vista como feudal passou a ter moldes burgueses. Existiam segmentos sociais

interessados na diminuição da igreja católica, e isso influenciou aspectos governamentais, financeiros e a relação social europeia (MOTA; BRAICK. 2005).

Foi identificado neste contexto que a Reforma Protestante não começou com Martinho Lutero, mas tem os percussores que geraram o caminho, inclusive o pensamento crítico e pontos de discussões da Reforma. Entre eles estava John Wyclife, Jan Hus e aqueles que questionaram verdades absolutas como Nicolau Copérnico, Francis Bacon, Isaac Newton e Leonardo da Vinci. (MOTA; BRAICK. 2005). John Wyclife (1330-1384), um inglês professor de Oxford já falava da salvação pela fé e denunciava a corrupção do clero, o que foi inspiração para as 95 teses de Lutero.

Com a teoria do heliocentrismo de Nicolau Copérnico, o método científico de Francis Bacon (1561-1626), a física de Isaac Newton (1642-1727), e as múltiplas pesquisas empreendidas por Leonardo da Vinci apontavam o caminho que levava ao abandono de diversas concepções medievais e enfatizava a importância da razão e da liberdade de pensamento. Tal atitude era estendida a esfera religiosa: A Reforma não propunha intermediários entre Deus e o Homem.

A ideia de “bem comum”, de “utilidade comum”, tão importante, por exemplo, em Aristóteles, foi aplicada à atividade dos mercadores pelos autores cristãos. Ligando esta ideia a do trabalho, São Tomás de Aquino declarou: “se alguém se entregar ao comércio tendo em vista a utilidade pública, se quer que as coisas necessárias à existência não falem ao reino, então o lucro, em lugar de ser visto como um fim é somente reclamado como remuneração do trabalho.” (LE GOFF, 1991, p 82).

Avalia-se que a proposta de reforma religiosa dizia respeito às práticas que a igreja Católica exercia: a venda de indulgências para o perdão dos pecados, as negociatas em torno dos cargos religiosos, o despreparo e a vida desregrada de muitos sacerdotes tornavam-nos alvos de críticas de grande impacto popular. Havia duas propostas na esfera teológico-filosófica, o Tomismo, que possuía uma doutrina do teólogo italiano São Tomás de Aquino (1225-1274), a qual tentava conciliar o cristianismo com a teoria de livre-arbítrio; e, as concepções de Santo Agostinho (354-430), doutor da igreja nascido na África Romana, nesta era pregada a predestinação e a fé, a segunda por sua vez, serviram de base para a Reforma Protestante.

No livro: *História escola e democracia*, escrito por Flavio de campos que é formado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986) possui mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1993) e doutorado em História Social também pela USP (2000). O qual também é Professor de História Medieval do Departamento de História da Universidade de São Paulo e desenvolve pesquisas sobre a História dos Jogos desde a Idade Média até a Época Contemporânea.

Outra autora é Regina Claro que possui mestrado em História Social, com ênfase em História da África, publicou livros didáticos, paradidáticos e literaturas infanto-juvenis na área de história e cultura africana e afroamericana, hoje ela desenvolve projetos de capacitação de professores da rede pública de ensino na área de história e cultura africana e afro-brasileira em atendimento à Lei 10.639/03.

Por fim Miriam Dolhnikoff é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), possui mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1993) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2000). Atualmente é docente da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, possui experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império.

Neste livro "*História Escola e Democracia*" a corrente historiográfica é mais próxima do Materialismo Histórico, com influência no Marxismo, o qual possui ênfase em aspectos econômicos da sociedade no estudo da História, vemos isto, na vontade dos autores em corrigir eventuais equívocos e buscar o aprimoramento do ensino de História, tal qual na historiografia influenciada pelo materialismo histórico, busca-se compreender as relações entre trabalho e produção de bens ao longo da história.

O livro se inicia com o tema "Reforma Protestante e Reforma Católica" podemos ver imagens do culto na Catedral Ortodoxa em São Paulo, Papa Francisco durante oferenda na Basílica de Nossa Senhora Aparecida em São Paulo, tais imagens tem a intenção de apresentar a diversidade de cultos que temos no país, e deste modo estimularem o respeito e a tolerância religiosa nos alunos. É possível analisar que em ambos os livros aqui apresentados, abordam a Reforma Protestante

e a Reforma Católica de um modo mais abrangente, mostrando a grande variante religiosa que o estado brasileiro possui.

Uma das perguntas iniciais do livro é: em quais momentos históricos começaram ocorrer diferenças no Cristianismo? E então segue com a apresentação das contestações feitas no ocidente que acabaram por ser definidas como Reforma Protestante. Os séculos XV e XVII foram marcados por uma série de questionamentos religiosos que abalaram o poder de Roma. A igreja Católica estava muito distante do que era a igreja primitiva, esta pobre e perseguida, a católica rica e principal instituição medieval. O clero esbanjava riqueza e poder político, a igreja estabelecia a “verdadeira fé” e punia aqueles que proferiam opiniões contrárias consideradas ofensivas pela igreja, as quais eram chamadas de *heresia*.

Os desvios de conduta do clero não eram novos, mas as condições históricas acabaram por ampliar as insatisfações (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2018). A igreja se transformou em um balcão de negócios, vendendo cargos, funções religiosas, relíquias e perdão de pecados, mais conhecidas como venda de indulgências. Na expansão ultramarina a igreja se posicionou ao lado dos ibéricos, ficando ao lado da Espanha, causando uma revolta ainda maior para os demais Europeus, somado isso aos interesses dos burgueses, reis e nobres, por vezes contrários ao poder eclesiástico. Os reinos ibéricos eram a base da Reforma Católica e possuíam traços semelhantes os quais resultavam em uma aproximação progressiva.

Apenas o clero possuía acesso à bíblia, devido sua escrita no latim, mas com a invenção da imprensa no século XV, o controle que a igreja possuía sobre As Escrituras Sagradas foi afetado. A Bíblia impressa dispensava a presença do padre, pois permitia uma reflexão pessoal do cristão (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2018).

Martinho Lutero, um monge alemão, insatisfeito com algumas práticas da Igreja Católica como as peregrinações, culto a relíquias e venda de indulgências, por não ver como estas coisas poderiam salvar o indivíduo, pregou as suas 95 teses na porta da igreja de Wittenberg em 1517, condenando os comportamentos da igreja e seu desvio de conduta. As suas 95 teses provocaram fortes reações, jovens monges e padres da atual Alemanha passaram a defender suas ideias e reproduzir em textos

e sermões. O papado estabeleceu um processo para julgá-lo, que o levou a ser excomungado.

Defendia que os poderes civis (da nobreza em especial e também das monarquias) eram independentes dos poderes religiosos e convocava príncipes e nobres a lutar contra o que chamava de tirania de Roma (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2018). Lutero a partir de suas ideias promoveu uma difusão na cristandade. Muitos religiosos, nobres letrados e burgueses seguiram a sua doutrina e passaram a se denominar cristãos luteranos (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF, 2018). O Luteranismo foi difundido na Suécia, Dinamarca, Noruega, Suíça, França e Espanha. De acordo com Ferrari (2005, p. 30-32):

Lutero não somente atingiu a igreja católica com suas críticas, mas influenciou a educação quando produziu uma reestruturação no sistema de ensino alemão, inaugurando uma escola moderna. A ideia da escola pública e para todos, organizada em três grandes ciclos (fundamental, médio e superior) e voltada para o saber útil nasceu do projeto educacional de Lutero.

Referente à Reforma Protestante, compreendemos que ela foi causada por Lutero devido à insatisfação com algumas doutrinas teológicas da igreja, passando a questionar os dogmas Católicos. A Reforma causou uma imensa mudança no pensamento e incitou grandes reviravoltas no campo religioso.

Diante do exposto, é preciso ressaltar que a Reforma Protestante estava ligada a uma educação indireta, pois esta ocorreu sob a necessidade da compreensão e interpretação da Bíblia, exigindo um maior grau de instrução das pessoas que o seguiam, os fieis se educavam na medida em que se policiavam a ler as escrituras, para que todos pudessem ser nas palavras de Lutero: *Sacerdotes Universais*.

Neste contexto, Thomaz Müntzer, um dos primeiros teólogos alemães liderou um grupo de religiosos mais radicais que defendiam a partilha de bens, igualdade social e submissão a um novo batismo apenas para adultos, os anabatistas. Estes não apontavam apenas para divisão religiosa, mas também contra a ordem social europeia. Depois de violentas revoltas dos anabatistas, Lutero condenou o movimento e apoiou a repressão dos príncipes contra os camponeses anabatistas.

João Calvino, um teólogo, líder religioso e escritor, era Francês, mas descendente de uma família rica e burguesa da Suíça, ele era influenciado pela obra de Lutero e se tornou um dos maiores críticos da Igreja de Roma. João Calvino na cidade de Genebra na Suíça estabeleceu-a como centro de refúgio aos protestantes que sofriam perseguições da igreja católica, também combateu aqueles que não concordavam com a sua doutrina, levando-os inclusive a morte. Ofereceu aos reformadores uma clara disciplina eclesiástica, que tentava afastar os riscos de radicalização social (CAMPOS; CLARO; DOLHNIKOFF. 2018).

As ideias de Calvino sustentaram os interesses da burguesia. Enquanto Lutero vinculava-se aos poderes da nobreza e dos príncipes, Calvino oferecia uma doutrina que foi aproveitada pela burguesia, espalhando a religião calvinista rapidamente pela Europa, que possuíam um comércio melhor desenvolvido. Para George (2007, p. 166), “a grande realização de Calvino foi tomar os conceitos clássicos da Reforma (sola gratia, sola fide, sola scriptura) e dar-lhe uma exposição clara e sistemática, que nem Lutero e nem Zuínglio jamais fizeram, adaptando-os ao contexto civil de Genebra”.

Na questão educacional, - Calvino queria que os alunos das escolas de Genebra fossem preparados na linguagem e nas humanidades, junto da formação cristã e bíblica, pois Calvino via o ser humano como um ser que aprende inerentemente e defendia que Deus agraciava a todos com a inteligência.

No contexto da Reforma Protestante iniciada por Lutero, Henrique VIII, rompeu com a Igreja Católica e fundou assim a Igreja Anglicana. O anglicanismo é a submissão da Igreja ao poder monarca. O anglicanismo ao longo do século XVI mostrou-se como uma mistura de elementos tanto católicos quanto protestantes, isso variava conforme a troca dos reis e rainhas que ocupavam o trono da Inglaterra.

Após a morte Henrique VIII, seus sucessores tiveram um reinado marcado pelas bruscas mudanças religiosas. Elizabeth I manteve uma política cautelosa de seu reinado, fortaleceu o anglicanismo e manteve elemento do culto católico na capela real. Ela buscava não estimular a oposição dos bispos católicos nomeados por Maria I. Os calvinistas ingleses criticavam a política de Elizabeth I, porque queriam purificar a Igreja Anglicana dos desvios do catolicismo e torna-la mais similar ao calvinismo. A perseguição aos católicos aumentou, e em 1587, a rainha

escocesa Maria Stuart, católica, foi executada com outros católicos que desafiavam a decisões da rainha inglesa.

Nos séculos XVI e XVII, católicos e protestantes seguiam firme na repressão às mulheres, os protestantes também se voltaram contra as peças de teatro religiosa, nesta época, teatros foram fechados, festas populares foram encerradas e tiradas dos calendários além da eliminação dos feriados, e muitas mulheres foram acusadas de bruxaria e por este motivo queimadas em fogueira.

Sem dúvida, podemos observar os prejuízos causados pela intolerância religiosa durante os séculos XVI e XVII, e como ela fere a liberdade. Foi com a Reforma então, que agora temos o direito de crer ou não crer, sem que o Estado interfira na nossa liberdade.

Com a difusão das ideias protestantes e a divisão da cristandade ocidental, foi fortalecida a posição dos católicos que queriam que houvesse uma reforma interna da Igreja de Roma, deste modo além da reação dos protestantes, a Igreja Católica promoveu diversas modificações em suas instituições, buscando estabelecer o que seria uma nova disciplina interna.

No que tange ao entendimento de como se deve chamar às transformações da Igreja Católica, são utilizados dois modos pelos religiosos o primeiro; a Contrarreforma que é utilizada por aqueles que destacam a reação aos cultos evangélicos, e o segundo termo; Reforma Católica que costuma ser utilizada por aqueles que entendem que se tratou de uma renovação eclesiástica e doutrinária.

Um concílio católico, nos anos de 1545 e 1563 reuniu na cidade de Trento, representantes de distintas regiões da Europa, buscando fortalecer o poder papal e esclarecer aos católicos a respeito de questões que foram levantadas pelos evangélicos. Este concílio proibia o uso do julgamento pessoal para a interpretação das escrituras sagradas, reforçando deste modo, o papel de intermediação da Igreja e do clero para orientar os fiéis em direção ao Reino de Deus. Nas definições do Concílio de Trento os indivíduos tinham que cooperar com suas ações para assim chegar à salvação divina.

A Inquisição responsável por julgar os atos dos católicos considerados contrários à fé elaborou uma lista de livros proibidos, que foram queimados, e seus

autores levados a julgamento. Os monárquicos católicos promoveriam a punição dos culpados, com prisões, degredos e execuções. “Qualquer um que professasse práticas diferentes daquelas reconhecidas como cristãs era considerado herege”, afirma o historiador Rogério Luiz de Souza, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A Europa, durante os séculos XVI e XVII, foi palco de diversos conflitos religiosos, onde a cristandade ocidental tornou-se um campo de batalha, dividida por católicos e protestantes. A religiosidade tornou-se um fator de ruptura social. Na França a monarquia se posicionou ao lado das forças católicas. Protestantes e católicos devastaram o território Frances nos anos de 1562 a 1598. Como consequência mais de 30 mil protestantes foram massacrados em Paris e aos arredores, por ordem da Rainha Catarina de Médici no ano de 1572.

Dentro da Reforma Protestante os assuntos abrangidos nos dois livros são; os dogmas de Roma, orientados pelo clero, para combater a heresia; O luteranismo, que impulsionou a reforma religiosa na atual Alemanha e seu pensamento; O calvinismo, que pregava o rigor da disciplina, a valorização do trabalho da poupança, oferecendo uma justificativa religiosa sólida; A Reforma Anglicana, que levou a igreja a submissão do poder monarca; A contra-ofensiva católica e; O concílio de Trento (1545), dentre outros assuntos ligado ao tema central.

## **6 Considerações finais**

A Reforma é um conteúdo que pode ser trabalhado em sala para várias competências educacionais, entre elas: a tolerância religiosa, o respeito mútuo e o amor fraternal. Deve-se ser utilizada para abordar os pontos positivos da religião na vida social, inclusive para ressaltar os direitos que os indivíduos têm de expressar suas crenças, independente de quais sejam.

Dada à análise do material didático investigado, compreendemos que a Educação está ligada a Reforma Protestante. Lutero declarava que era necessário que a escola formasse o indivíduo os dando capacidade para fazer mudanças no mundo, o mesmo também defendia que a educação necessitava ser algo acessível para todos, com uma frequência obrigatória e garantida pelo Estado. Antes da

Reforma Protestante, a educação era um bem que apenas os nobres e o clero podiam ter acesso. Ela dividiu a cristandade ocidental e trouxe para nós a possibilidade de interpretar a Bíblia de um modo pessoal, nos dando liberdade religiosa, contudo a intolerância religiosa continua presente no nosso cotidiano, onde presenciamos ainda guerras religiosas, discriminações, ofensas, e outros danos ocasionados por ela. Para combater tudo isso, a população precisa se conscientizar: esta elucidação deve iniciar-se também nas escolas, através do ensino religioso, e matérias atreladas como a História.

Nos livros analisados percebemos que “*HISTÓRIA das cavernas ao terceiro milênio*” traz apresentação do contexto da modernidade que levou a ruptura do Cristianismo no Ocidente a iniciar-se a Reforma Protestante, e que a Reforma não só teve influência de Lutero, mas também das ideias que permeavam a época, tanto na religião quanto na ciência. E em “*História escola e democracia*” os autores enfatizam a diversidade de cultos nos dias atuais do Brasil, mostrando o quanto é importante para a vivência social. O que nos mostra antes da BNCC o contexto da Reforma sendo abordado, mas que este teve influência de outros fatores da época, possibilitando a diversidade de pensamento e, após a BNCC, a diversidade ganhou ênfase na pauta, para promover um sentimento de tolerância e pertencimento àqueles que expressam religiosidade diversa a nossa.

Concluimos que a escola deve apresentar as religiões como parte da cultura, mostrando para os alunos que são necessários ter respeito e tolerância às diferenças, aprendendo com o passado, revendo o presente e transformando o futuro para um lugar onde todos possam manifestar seu pensamento, sem receio de uma rejeição social, e a BNCC contribui em sua habilidade para essa consciência mútua, abrangendo assim as possibilidades para o professor trabalhar e explorar o tema na sala de aula.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 25 abr. 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular.

BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: MEC, 2001. BRASIL.

CAMPOS, Flávio; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História : escola e democracia** : manual do professor. - 1 ed. – São Paulo : Moderna, 2018.

CRARY, J. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naif, 2014. DEAECTO, M. O Império dos Livros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2011.

FURET, F. **A oficina da História**. Trad. Adriano D. Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1986. GARIN, E. L'éducation de l'homme moderne. La pédagogie de la Renaissance (1400- 1600). Paris: Fayard, 1968.

LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

LE GOFF, Jaques. **Mercadores e banqueiros na Idade Média**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

LINDBERGH, Carter. **História da reforma**. - 1 ed. – Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil, 2017.

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Comum: A falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, abr./jun. 2016, p. 45-67.

MATOS, A. S. **Confissão de Fé de Westminster (1646)**. In: Brasil Presbiteriano, Ano 50 / Nº 635, Agosto de 2007.

MOTA, Miriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 1 ed. – São Paulo : Moderna, 2005.

RAMOS. M, Jefferson Evandro. **Historiografia**. suapesquisa.com. Disponível em:< [https://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/historiografia.htm](https://www.suapesquisa.com/o_que_e/historiografia.htm)>. Acesso em 25 abr. 2023.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **Inspire História : 7º ano : Ensino fundamental : anos finais**. 1 ed. - São Paulo : FTD, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo A. A. (Org.). **Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, 1996.

UFAL, Ascom. **Capas aprova Residência Pedagógica e concede 270 bolsas para licenciatura**. Gov.br. Disponível em:<<https://ufal.br/servidor/noticias/2022/9/capas-aprova-residencia-pedagogica-da-ufal-e-concede-270-bolsas-para-licenciatura#:~:text=O%20Programa%20Resid%C3%Aancia%20Pedag%C3%B3gica%20da,segunda%20metade%20de%20seus%20cursos.>>. Acesso em: 10 abril 2023.